
SUMÁRIO

1	Introdução ao Direito Administrativo.....	12
1.1	Ramos do Direito	12
1.2	Conceito de Direito Administrativo.....	12
1.3	Objeto do Direito Administrativo.....	13
1.4	Fontes do Direito Administrativo	13
1.5	Sistemas Administrativos	14
1.6	Regime jurídico administrativo	15
1.7	Noções de Estado	16
1.8	Noções de governo	17
2	Administração Pública	19
2.1	Classificação de Administração Pública	19
2.2	Organização da Administração.....	20
2.3	Administração Direta.....	20
2.4	Administração Indireta.....	22
3	Órgão Público.....	30
3.1	Teorias.....	30
3.2	Características.....	31
3.3	Classificação	31
3.4	Estrutura	32
3.5	Atuação funcional/composição	33
3.6	Paraestatais	33
3.7	Organizações da Sociedade Civil (OSC).....	34
3.8	Organizações Não Governamentais (ONGs)	36
4	Agentes Públicos.....	37
4.1	Conceito	37
4.2	Classificação.....	37

5	Princípios Fundamentais da Administração Pública	40
5.1	Classificação	40
5.2	Princípios explícitos da Administração Pública	41
5.3	Princípios implícitos da Administração Pública	44
6	Deveres e Poderes Administrativos.....	49
6.1	Deveres	49
6.2	Poderes administrativos.....	50
7	Ato Administrativo.....	60
7.1	Conceito de ato administrativo	60
7.2	Elementos de validade do ato administrativo.....	60
7.3	Atributos do ato administrativo.....	62
7.4	Classificação dos atos administrativos.....	63
7.5	Extinção dos atos administrativos	68
8	Improbidade Administrativa	71
8.1	Sujeitos.....	71
8.2	Regras gerais.....	72
8.3	Atos de improbidade administrativa.....	72
8.4	Efeitos da lei	75
8.5	Sanções.....	75
8.6	Prescrição	77
9	Licitação.....	78
9.1	Conceito de licitação.....	78
9.2	Regras gerais sobre licitações	78
9.3	Princípios explícitos	79
9.4	Princípios implícitos em espécie.....	83
9.5	Modalidades de licitação	84
9.6	Obrigatoriedade de licitação e casos de exceções.....	90
9.7	Inexigibilidade de licitação	90
9.8	Dispensa de licitação.....	91

10	Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações.....	97
10.1	Aplicabilidade	97
10.2	Princípios.....	97
10.3	Objetivos da licitação.....	98
10.4	Fases da licitação	98
10.5	Modalidades de licitação.....	99
10.6	Critérios de julgamento	100
10.7	Inexigibilidade e dispensa de licitação – contratação direta.....	101
11	LEI Nº 10.520/2002 - modalidade de licitação denominada pregão.....	106
11.1	Fase preparatória do pregão.....	106
12	Contratos Administrativos	110
12.1	Conceito	111
12.2	Normas constitucionais.....	111
12.3	Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021.....	112
12.4	Outras leis sobre contratos.....	112
12.5	Características	113
12.6	Obrigatoriedade e exceção dos contratos	115
12.7	Contratos de adesão	115
12.8	Pessoalidade/ <i>intuitu personae</i>	115
12.9	Cláusulas exorbitantes.....	116
12.10	Poder de alteração unilateral do contrato (mutabilidade)	117
12.11	Fiscalização da execução do contrato.....	119
12.12	Deveres do contratado quanto à fiscalização	119
12.13	Aplicação de sanções.....	119
12.14	Ocupação temporária.....	120
12.15	Exceção do contrato não cumprido/ <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	120
12.16	Exigência de garantia	121
12.17	Prazo de duração dos contratos administrativos	122
12.18	Recebimento do objeto do contrato.....	123

12.19	Dispensa do recebimento provisório.....	124
12.20	Extinção do contrato	124
12.21	Tipos de contrato.....	129
12.22	Contratação temporária	130
12.23	Extinção do contrato (sem direito a indenizações).....	137
13	Execução Indireta de Atividades – Terceirização	138
14	Serviços Públicos.....	141
14.1	Base constitucional.....	141
14.2	Elementos definidores de uma atividade como serviço público.....	142
14.3	Classificação dos serviços públicos.....	143
14.4	Princípios dos serviços públicos.....	144
14.5	Formas de prestação dos serviços públicos.....	145
14.6	Concessão e permissão de serviço público	146
14.7	Competência para a edição de normas.....	146
15	Controle da Administração Pública	162
15.1	Classificação	162
15.2	Controle administrativo.....	166
15.3	Controle legislativo	166
15.4	Controle judiciário	171
16	Responsabilidade Civil do Estado	173
16.1	Teoria do risco administrativo.....	173
16.2	Teoria da culpa administrativa	174
16.3	Teoria do risco integral	174
16.4	Danos decorrentes de obras públicas	175
16.5	Responsabilidade civil decorrente de atos legislativos.....	175
16.6	Responsabilidade civil decorrente de atos judiciais.....	175
16.7	Ação de reparação de Danos.....	175
16.8	Ação regressiva	176

17	Processo Administrativo Federal	177
17.1	Abrangência da lei.....	177
17.2	Princípios.....	178
17.3	Direitos e deveres dos administrados	179
17.4	Início do processo e legitimação ativa	180
17.5	Interessados e competência.....	180
17.6	Impedimento e suspeição.....	181
17.7	Forma, tempo e lugar dos atos do processo	181
17.8	Recurso administrativo e revisão.....	182
17.9	Prazos da Lei nº 9.784/1999.....	183
18	Lei nº 8.112/1990 – Regime Jurídico dos Servidores da União	185
18.1	Disposições preliminares.....	185
18.2	Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição.....	185
18.3	Direitos e vantagens	200
18.4	Regime disciplinar	222
18.5	Processo administrativo disciplinar	233
18.6	Seguridade social do servidor	240
18.7	Contratação temporária de excepcional interesse público.....	254
18.8	Disposições gerais	254
18.9	Disposições transitórias e finais	255
19	LEI Nº 13.869/2019 – ABUSO DE AUTORIDADE	257
19.1	Aspectos gerais	257
19.2	Sujeitos do crime e características gerais	258
19.3	Bem jurídico e sujeito passivo	260
19.4	Elemento subjetivo	260
19.5	Ação penal e competência	260
19.6	Efeitos da condenação e penas restritivas de direitos.....	262
19.7	Sanções de natureza civil e administrativa	263

19.8 Divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas.....	265
19.9 Procedimento	265
19.10 Crimes em espécie	266
QUESTÕES	292
GABARITO	347